

Os Processos de Transmissão Geracional e a Compreensão Sistêmica de Diferentes Problemáticas

Maria Aparecida Penso¹

Liana Fortunato Costa²

Resumo

Este artigo apresenta conceitos sobre transmissão geracional, numa perspectiva sistêmica, como uma ferramenta imprescindível para compreender as relações familiares ao longo das gerações, além da dinâmica da família nuclear. Descrevemos os conceitos de mitos familiares, rituais familiares, memória familiar, delegação e lealdade familiar, como os condutores dos processos de transmissão geracional. Apresentamos a utilização da abordagem transgeracional na compreensão de determinadas problemáticas que, cada vez mais, somos chamados a intervir: vitimização sexual, ofensa sexual, ato infracional e drogas. Finalizamos com nossa experiência que tem sido construída em situações de atendimento a famílias envolvidas nesses temas e encaminhadas para atendimento "sob obrigação". Para este fim, utilizamos o método do Grupo Multifamiliar e privilegiamos a construção do Genograma como uma etapa chave do processo grupal, que fornece informações sobre as repetições dos padrões de violência e uso indevido de substância química, além do conhecimento da história familiar.

Palavras-chave: transmissão geracional; genograma; transmissão multigeracional; família.

The generational transmission processes and systemic understanding of different issues

Abstract

This article presents concepts about generational transmission as an indispensable tool to understand the familiar relations throughout generations, in

¹ Psicóloga, Doutora em Psicologia. Professora do Mestrado e da Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília

² Psicóloga, Doutora em Psicologia. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PSICC da Universidade de Brasília

addition to the dynamics of the nuclear family. We describe the concepts of familiar myths, familiar rituals, familiar memory, familiar delegation and loyalty as the conductors of the generational transmission processes. We present the utilization of these concepts and how they help for the better understanding of certain issues: sexual victimization, sexual offense, infringing act and drugs. We conclude with our experience which has been construed in situations of attending families involved in these themes and were submitted to attendance "under obligation". To this end we utilized the Multifamiliar Group method and privileged the construction of the Genogram which supplies information about the repetitions of the violence patterns and improper use of chemical substance in addition to the knowledge of the familiar history.

Keywords: *generational transmission; genogram; multigenerational transmission; family.*

Em nossa prática como terapeutas e pesquisadores temos trabalhado há mais de vinte anos com a utilização dos conceitos de transmissão geracional. Em 2008 organizamos uma obra intitulada: *A Transmissão Geracional em Diferentes Contextos: Da Pesquisa à Intervenção* (Penso & Costa, 2008) na qual reunimos trabalhos teóricos e relatos de experiências de intervenção, nossos e de colegas, ou ainda de pesquisas sobre a utilização da abordagem transgeracional em diferentes temas. Nosso principal objetivo foi reunir conhecimentos sobre a compreensão da dimensão transgeracional em diferentes contextos, com estudos e experiências baseadas na realidade brasileira, já que pouco se escreveu sobre este assunto em língua portuguesa.

Neste artigo, pretendemos abordar de forma resumida, o que apresentamos na obra acima, bem como os avanços que obtivemos com estudos posteriores que reforçaram nossa compreensão sobre a importância desta abordagem seja no contexto da clínica ou da pesquisa (Brandão & Costa, 2005; Costa, Gramkow, Santana & Souza, 2005; Costa, Penso & Almeida, 2007; Penso, Costa & Almeida, 2005; Penso, Ramos & Gusmão, 2005; Penso & Costa, 2008; Penso, Costa & Ribeiro, 2008; Penso & Neves, 2008; Penso, Costa & Sudbrack, 2008; Penso & Morais, 2010; Penso & Silva, no prelo).

Apresentaremos inicialmente uma breve revisão teórica a respeito dos conceitos de transmissão geracional e do genograma, para em seguida relatar resultados de pesquisas nas quais estes conceitos têm sido utilizados por nós, e por colegas, para compreender as dinâmicas familiares ao longo das gerações.

O processo de transmissão geracional: fundamentos teóricos

A perspectiva da transmissão geracional trabalha com o pressuposto de que a família possui uma história que extrapola a família nuclear e envolve a

família extensa. O ponto de vista multigeracional ou transgeracional foi iniciado na Terapia Familiar por Murray Bowen, no National Institute of Mental Health – NIMH, em 1954, que buscou organizar a história da família de origem no que ele denominou de “diagrama da família”, sendo que, em uma publicação de 1972, Phillip Guerin renomeou esse diagrama como Genograma (Nichols & Schwartz, 1998). Em síntese, o Genograma privilegia a dimensão transgeracional, buscando conhecer como as histórias familiares se repetem e como cada geração tem sua responsabilidade tanto nesta repetição como na sua transformação.

Desde a sua elaboração, o Genograma tem sido utilizado para visualização das relações familiares permitindo que se trace um panorama destas relações em dois sentidos, tanto vertical como horizontal. O modo horizontal diz respeito ao contexto atual da família, e o modo vertical diz respeito à dimensão histórica das gerações. Ou seja, podemos compreender as relações do ponto de vista histórico construindo uma história que revela as transições da família, e as mudanças processuais e contextuais das famílias co-existentes num determinado tempo. Por outro lado, as relações dinâmicas também revelam o funcionamento, a organização, enfim as bases do jogo relacional familiar. Os jogos afetivos sincrônicos e os diacrônicos adquirem uma visualização expressiva e indubitável ao olhar aguçado de um profissional (Ceberio, 2004).

Como instrumento de avaliação a árvore genealógica evidencia as alianças, as coalizões, as triangulações, as hierarquias, os mandatos, as crises, a indicação de segredos, possibilitando que se faça uma leitura sistêmica da família que envolve a estrutura e a organização deste sistema. Esta leitura permite, então, que se possa fazer uma “previsão” dos acontecimentos que se apresentam repetidos e que apontam para tramas e segredos ainda não desvelados. E, finalmente, o Genograma tem sido largamente utilizado por muitos terapeutas de família como instrumento terapêutico, tanto em terapias de família como em terapias individuais. Isto se deve ao “poder” revelador das informações que se obtém sobre as regras do funcionamento familiar, sobre a indicação dos conflitos e de quais membros da família estão envolvidos naquele conflito. Estes aspectos são, também, a principal pauta de conversação da grande maioria das terapias.

Em duas de suas obras, Bowen (1976, 1991) desenvolve de forma detalhada a sua teoria, defendendo que a constituição do sujeito e de sua família atual é demarcada pela sua história familiar, através das diferentes gerações, em um processo de repetição de padrões de relacionamento, nomeado por ele como “*transmissão multigeracional*”. Esse conceito descreve a transmissão dos níveis de diferenciação do *self* da família, através das gerações múltiplas, e conduz a doença emocional além do indivíduo e sua família nuclear para várias gerações passadas. Como afirmam Nichols e Schwartz (1998): “O problema familiar é o resultado de uma sequência multigeracional em que todos os membros da família

são agentes e reagentes” (p. 314). Neste sentido, o grau de diferenciação do *self* é resultado de um processo familiar, transmitido através das gerações, que nos ajuda a entender os movimentos de separação e pertencimento nas famílias.

Esse processo de transmissão que leva à repetição de padrões de relacionamento é especialmente visível nas relações conjugais, o que levou alguns terapeutas de família a desenvolver modelos de terapia conjugal que incluam as famílias de origem. De acordo com Framo (2002) a utilização da família de origem como recurso terapêutico em terapia familiar, de casal e individual representa o resultado lógico e a aplicação clínica do conceito segundo o qual forças transgeracionais veladas exercem uma influência crítica sobre as relações íntimas atuais. Assim, é preciso incluir três gerações no trabalho com casais ou famílias. Para o autor, as atuais dificuldades conjugais, pessoais e parentais são esforços de reparação no sentido de corrigir, controlar, defender-se e apagar antigos e perturbadores paradigmas relacionais ligado à família de origem. Assim, o método centrado na família de origem é fundamental para todos os tipos de terapia: de família, de casal, de grupos de casais e do divórcio.

Carter e McGoldrick (1995) influenciadas pelos conceitos da teoria boweniana, enriqueceram seu trabalho de elaboração das fases distintas para o ciclo de vida da família atual, aprofundando nos conceitos de transmissão geracional. As autoras trabalharam com a hipótese de que em cada fase do ciclo de vida a resolução dos seus processos emocionais e realização de suas tarefas, vão reatualizar as regras transgeracionais e os padrões de relacionamento dos diferentes sistemas familiares de origem, variando em função dos mitos familiares de cada um dos pais (Miermont & cols., 1994; Preto, 1995). Embora estes autores reconheçam o padrão dominante de família nuclear, consideram que esta é um subsistema emocional reagindo aos relacionamentos passados, a partir do seu modelo mítico que perpassa as gerações.

Portanto, para compreender os processos de transmissão multigeracional alguns conceitos são importantes: mito familiar, rituais familiares, memória familiar, delegação e lealdade familiar. A seguir, discutiremos cada um deles. O conceito de mito familiar foi introduzido na Terapia Familiar há quatro décadas por Ferreira (1963), e pressupõe que, do mesmo modo que a sociedade cria mitos que justificam sua existência, a família também possui um modelo mítico que garante a sua coesão interna e proteção externa. Desde então, esse conceito tem sido incorporado por diferentes autores que trabalham com famílias, na busca da compreensão do seu funcionamento: Andolfi e Angelo, 1988; Ausloos, 1984; Benoit, 1997; Bucher, 1985, 1986; Neuburger, 1999; Selvini-Palazzoli, 1978; Watzlawick, Beavin e Jackson, 1981.

Bucher (1985), estudando os trabalhos de Ferreira, propõe que o mito familiar é um sistema de crenças que define os papéis e as atribuições de cada um nas relações familiares. A autora também acrescenta que estas convicções são

compartilhadas por todos os membros da família, sendo aceitas *a priori*, mesmo quando irrealis, como uma coisa sagrada e tabu; mantendo a coesão grupal e fortalecendo a manutenção dos papéis sociais de cada um. Sua função, portanto, é impedir a destruição e deteriorização do sistema familiar.

Essa definição é bastante abrangente e mostra que o mito familiar está presente em todas as famílias, constituindo-se no cimento que proporciona ao grupo familiar um sentido de identidade (Neuburger, 1999). Portanto, o mito define as regras, as crenças e os papéis dentro da família, ditando a sua forma de funcionamento e mantendo a sua coesão (Rosa, 1997). Sendo assim, cada família construirá sua mitologia baseada nas singularidades genéticas, culturais e históricas de cada um de seus membros (Miermont & cols., 1994).

O que permite a transmissão do mito são a memória familiar e os rituais, dois movimentos familiares interconectados e interdependentes. É a memória familiar que garante a reprodução simbólica da família ao longo das gerações, lembrando o mito fundador da célula familiar (Bucher, 1985, 1986). Isto significa que as famílias selecionam aquilo que consideram importante de ser compartilhado por todos os seus membros, e essas informações são transmitidas ao longo do ciclo de vida familiar e também ao longo das gerações. Na sua dimensão paradoxal, a memória transmite um conteúdo de informações, mas também administra aquilo que convém esquecer para assegurar a continuidade familiar (Neuburger, 1999).

À medida que se realizam os rituais, a memória familiar é resgatada e assim se valida a experiência e o estar juntos, acentuando-se também o aspecto de transformações sucessivas, que servem de apoio aos significados que cada pessoa lhes atribui. Os ritos são moldados pelas regras estabelecidas pela família e são responsáveis pela exteriorização dos hábitos familiares (Krom, 2000).

A memória familiar permite a definição, pela família, de rituais que organizam as relações interpessoais de seus membros. Esses rituais são produtos da tradição, sendo transmissíveis e sancionados pelo grupo, exteriorizando os hábitos que são ancorados nas regras familiares e têm como função principal transmitir e perpetuar o mito familiar (Andolfi & Angelo, 1988; Bucher, 1985). Para Neuburger (1999) a memória familiar é, essencialmente, um processo de seleção daquilo que convém esquecer e daquilo que é necessário lembrar para sustentar, manter e transmitir o mito de um grupo familiar.

Perpetuando o mito familiar, os rituais contribuem para manter a identidade familiar, sinalizando as transições normativas do ciclo de vida familiar e ajudando os membros da família no manejo e resolução dos conflitos, pela possibilidade de expressão das emoções (Imber-Black, 1995). No entanto, do mesmo modo que os ritos são importantes e úteis para a sobrevivência do sistema familiar, eles também podem ser altamente destruidores, caso se tornem muito rígidos e não passíveis de mudanças.

Podemos afirmar, portanto, que os mitos perpetuados e atualizados pelos rituais, e definidos a partir da memória familiar, mantém a unidade do sistema, dando-lhe um sentido de identidade próprio através dos tempos e das gerações. Esse processo dinâmico pode ser representado e compreendido a partir da construção do Genograma e da investigação do processo de transmissão transgeracional, com suas repetições, atualizações e possibilidades de transformação.

No estudo dos mitos familiares e da sua transmissão por meio da memória e dos ritos familiares, observa-se que eles delegam a cada membro da família um papel e um destino bem precisos. A delegação constitui o ponto de ancoragem das obrigações que nos são transmitidas através das gerações. Ela dá uma direção e uma significação à nossa vida, sendo um processo necessário e legítimo (Miermont & cols., 1994; Stierlin, Rücker-Emden, Wetzel & Wirsching, 1981). A delegação é a expressão de um processo natural e indispensável para a construção da identidade e varia em função da história familiar. As dificuldades surgem quando aquele a quem algo é delegado não possui ainda a maturidade ou as características necessárias para assumir as missões que lhe são delegadas, perturbando, assim, o seu desenvolvimento psicossocial. Ou, ainda, quando existem delegações contraditórias e inconciliáveis.

O conceito de delegação está ligado ao de lealdade familiar que é definida por Boszormenyi-Nagy & Spark (1983) como uma trama motivacional, tipicamente dialética, de raízes multipessoais, que implica a existência de expectativas estruturadas de grupo, em que todos os membros adquirem um compromisso; possuindo assim um forte componente de obrigação ética. Portanto, é um conceito fundamental para compreender a estruturação mais profunda das famílias. A lealdade implica uma contabilidade de méritos familiares que se torna um padrão de medida da ideia que a família tem da justiça dentro do âmbito familiar (Simon, Stierlin & Wynne, 1988). A contabilidade dos méritos é um termo utilizado por Boszormenyi-Nagy & Spark (1983) para definir o que cada um dos seus membros pode esperar receber e o que deve dar à família.

Krom (2000) afirma que o que nos foi legado influencia de maneira poderosa toda a nossa vida. Esses conteúdos identificados como "lealdades invisíveis" referem-se à existência de expectativas estruturadas diante das quais todas as pessoas na família assumem compromissos. A autora afirma que é possível representá-las com a imagem de um grande livro com as bordas rotas e a escrita envelhecida de arabescos antigos, no qual se contabilizam os créditos e os débitos familiares, estabelecendo conexões tiranas entre as gerações passadas e futuras, criando as expectativas que nos influenciam.

Conforme foi colocado anteriormente, o contrato de delegação pressupõe a existência de uma ética dentro das famílias. Bons relacionamentos familiares incluem um comportamento ético e a consideração pelo bem-estar e pelos interesses de cada membro. Tal postura pressupõe a lealdade que, juntamente

com a confiança, proporciona a cola que mantém as famílias unidas, sendo muito importante para a sua sobrevivência (Nichols & Schwartz, 1998). Mas, em alguns casos, a lealdade pode se dar às custas da exploração dos membros da família, caracterizada por um equilíbrio injusto entre dar e receber.

A compreensão da dimensão transgeracional em diferentes problemáticas: vitimização sexual, ofensa sexual, ato infracional e drogas

Vitimização sexual - Os processos de transmissão geracional podem ser observados no estudo de diferentes problemáticas. No que diz respeito à vitimização sexual, constata-se a repetição da desproteção e exposição a situações de riscos em diferentes gerações. Os adultos repetem com as crianças e adolescentes que estão sob sua responsabilidade, os padrões de educação e proteção que receberam de seus pais. Diversos estudos tratam da dimensão transgeracional em casos de violência sexual intrafamiliar (Barudy, 1998; Cirillo & Di Blasio, 1991; Perrone & Nannini, 1997; Ravazzola, 1997).

Estas situações de violência sexual, particularmente aquelas ocorridas entre parentes próximos de forma incestuosa, chamam a atenção por apresentar um traço característico digno de uma reflexão atenta e aprofundada. Trata-se de uma dinâmica familiar que nos mostra com clareza, ora os processos de mudanças sócio-econômicas e culturais sofridos ao longo de quatro ou cinco décadas, ora a rigidez de alguns elementos que perpassam várias gerações diferentes e subsequentes. Nesse curioso jogo entre mudar e permanecer notamos que estes eixos se mostram mais profundos e cristalizados, e que sustentam as relações intrafamiliares de afeto, poder e autoridade, exatamente aqueles que favorecem a repetição quase automática da violência sexual no seu interior.

No estudo de situações de crianças e adolescentes vitimizadas sexualmente e suas famílias, atendidas em Grupos Multifamiliares, Penso, Costa & Almeida (2005) também discutem aspectos da transmissão transgeracional. Um fato encontrado neste estudo, diz respeito à perpetuação das histórias de violência cometidas por homens afetivamente próximos, em diferentes gerações, trazendo de volta situações de muito sofrimento para mães e avós. Segundo essas autoras, as mães e as mulheres ficam como que paralisadas quando tomam conhecimento da situação de abuso e reagem como aprenderam em suas famílias de origem, não conseguindo colocarem-se como *anteparos protetores* entre tais homens e suas filhas. Neste sentido, o trabalho terapêutico permite a reelaboração dos papéis de protetora e de cuidadora junto aos pais, a partir de um processo *de* repensar as suas próprias histórias, especificamente nas experiências vividas no papel de filha.

Ofensa sexual - Também na configuração familiar de adolescentes ofensores sexuais, ao se buscar as estruturas transgeracionais, percebemos os episódios de rupturas de elos afetivos entre gerações, muitas vezes motivados pelo

surgimento de violências contra membros da família, negligência e abandono de crianças e situações de encarceramento. A composição do Genograma, nestas circunstâncias, requer extrema habilidade por parte do pesquisador ou do terapeuta, para conseguir informações corretas e contornar possíveis dificuldades da família apresentar dados sobre outros membros que já estiveram, ou estão condenados, e/ou presos em regime fechado.

Baker, Tabacoff, Tornusciolo & Eisenstadt (2003) identificaram, nas histórias familiares desses sujeitos, mentiras, segredos, mitos e um aspecto muito interessante, que é a presença de condutas rejeitadas socialmente, por exemplo, uma conduta que seja tabu em nosso meio. Temos observado que crianças e adolescentes ofendidas sexualmente ou adolescentes ofensores sexuais têm facilidades em acessar material referente a sexo, como vídeos pornográficos assistidos em conjunto com o restante da família, denotando pouca diferenciação entre o que é cabível e adequado para cada geração. O mito da união familiar é extremamente potente, e a família explica suas transgressões com a necessidade da defesa da união familiar. Oliver (2007) aponta que estas famílias não mostram um cuidado particular com as crianças e adolescentes na transmissão de orientação de cunho sexual.

A análise do Genograma também nos mostra que a violência é uma forma de contato e resolução de conflitos, mas que passa a ser camuflada e travestida de outras roupagens, num processo de acobertamento do verdadeiro significado da violência. A violência não é só do adolescente, mas também da família e do meio ambiente no quais ambos estão em contato.

Ato infracional e drogas - Abordamos o tema do cometimento de atos infracionais sempre em interseção com a questão do uso indevido de drogas. O uso de drogas, numa perspectiva de análise do estudo da família, é um mecanismo substitutivo numa tentativa de equilíbrio que não está sendo possível de ser realizada dentro do sistema familiar, a respeito da autonomia do adolescente, resultando numa pseudo-individação (Marcelli & Branconnier, 1989; Stanton, Todd & cols., 1988). Em outras palavras, é uma tentativa inapropriada de um membro da família em negociar sua emancipação do sistema familiar, que resulta em ciclos repetitivos de partidas e retornos à casa dos pais (Silvestre, 1991). De forma semelhante, Sudbrack (2003) coloca que o trabalho junto aos adolescentes e suas famílias tem revelado que o uso de drogas constitui uma tentativa de separação frustrada, vivida sob a forma de rupturas violentas que resultam em reconciliações fusionais.

As características da dinâmica dessas famílias que levariam ao uso de drogas, como forma de vivência do movimento de separação do adolescente com relação à sua família, podem ser percebidas na construção da história transgeracional. Muitos estudos apontam para a importância da compreensão dos aspectos ligados à questão transgeracional, na problemática do uso de drogas. Cirillo, Berrini, Candiaso & Mazza, (1997) propõem um modelo de compreensão

da dinâmica familiar, a partir da reconstrução das histórias das famílias de origem das figuras parentais. Na experiência desses autores, a história do pai, na maioria das vezes, é carregada de sofrimento, na medida em que ele foi privado da contribuição do seu próprio pai durante sua infância ou adolescência, tendo uma passagem precoce para a vida adulta. Tal fato apresenta-se como um grave obstáculo ao desempenho do seu papel paterno. A história da mãe, por sua vez, mostra que ela é prisioneira de uma relação frágil e perturbada com sua mãe de quem permanece dependente, tanto do ponto de vista concreto, como emocional, o que a impede de exercer o seu papel materno.

Castilho (1994) descreve também de forma muito interessante a dinâmica transgeracional presente nessas famílias:

Observo nestas famílias pais muito imaturos, dependentes da estrutura de poder de suas famílias de origem. Muitas vezes desqualificados ou excessivamente protegidos por suas famílias, os pais passam a exercer o poder de forma autoritária, embora muitas vezes de modo não explícito, ou delegam o poder a outrem, mantendo suas posições de filhos. As mães mantêm com o marido, ou com o pai de seus filhos, a figura de poder que precisam, para se sentirem protegidas ou manterem seus estados melancólicos, enfim, que as mantêm casadas com suas famílias de origem (Castilho, 1994, pp. 126-127).

Assim, o uso de drogas, precisa ser compreendido a partir de uma perspectiva que inclua as histórias das famílias de origem dos pais, em um processo descrito por Bowen (1976, 1991) de transmissão multigeracional, que ocorre em todas as famílias e torna todos os seus membros co-partícipes de um mesmo processo, que pode ser patológico ou não.

Um conhecimento exaustivo das famílias anteriores pode nos ajudar a compreender que em uma família não existem anjos nem demônios. Todos são seres humanos, com suas forças e debilidades, com suas reações previsíveis segundo o impacto emocional do momento, sendo que cada um tenta dar o melhor de si durante a sua vida (Bowen, 1991, pp. 99-100).

Considerações finais

Para finalizar queremos acrescentar que nossa experiência tem sido construída em situações de atendimento direto a famílias envolvidas nesses temas e encaminhadas por diferentes órgãos da Justiça, para atendimento "sob obrigação". Na grande maioria das vezes são famílias de baixa renda, moradoras de periferia, com grandes lacunas de escolarização e dificuldades de locomoção, e dependentes de programas de melhoria de renda do governo. Desta forma, buscamos organizar nossa inserção na comunidade considerando as condições socioeconômicas dessas famílias, a natureza dos conflitos, o envolvimento com

instituições (de assistência social, de saúde ou de justiça). O principal instrumento para atendimento neste contexto de famílias sem demanda tem sido o Grupo Multifamiliar. Esta modalidade de atendimento é conhecida há bastante tempo, de maneira que já foi possível sistematizarmos nossa experiência e propor uma adaptação a esses temas, em algumas publicações: Costa, Penso & Almeida (2005); Costa, Penso, Almeida & Ribeiro (2008, 2009).

O que queremos acrescentar é que a dimensão transgeracional constitui-se em um momento privilegiado e fundamental do trabalho com as famílias, considerando-as como um todo, mas também no trabalho com os subgrupos de crianças, adolescentes e adultos, quando vistos em separado. A construção do Genograma realizada em conjunto com todos os membros da família, além fornecer informações preciosas sobre as repetições dos padrões de violência e uso indevido de substância química, proporciona um momento singular de conhecimento da história familiar, que é um aspecto pouco valorizado pelas famílias, que possuem baixa renda familiar, em função do sofrimento que lhes causa recordar sua própria história. Não raro acontece dos filhos ficarem extremamente surpresos por conhecerem detalhes nunca antes falados. Entendemos que compartilhar os fatos, as rupturas, os conflitos, as separações, os amores, os ódios, traz uma possibilidade de prevenção da repetição que já aludimos. Neste sentido, utilizamos a história transgeracional como informação e como intervenção, numa perspectiva clínica, proposta por Cervený e Dietrich (2008). Conhecer a dimensão transgeracional do sofrimento contido na história familiar é fundamental para a reconstrução dos aspectos de proteção na vitimização e ofensa sexual, bem como do aspecto da retomada da autoridade nas famílias com adolescentes com uso indevido de drogas e/ou envolvidos em atos infracionais.

Referências

- Ausloos, G. (1984). Secrets de famille. In J. Benoit (Org.), *Changements systémiques en thérapie familiale* (3ª ed.) (pp. 62-80). Paris: Les Éditions E.S.F.
- Andolfi, M. & Angelo, C. (1988). *Tempo e mito em psicoterapia familiar* (F. Desidério, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1987).
- Baker, A. J. L., Tabacoff, R., Tornusciolo, G. & Eisenstadt, M. (2003). Family Secrecy: A comparative study of juvenile sex offenders and youth with conduct disorders. *Family Process*, 42(1), 105-116.
- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia. Una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Buenos Aires: Paidós.
- Benoit 1997 Benoit, J. C. (1997). *Tratamento das perturbações familiares*. Lisboa: Climepsi.
- Bucher, J. N. F. (1985). Mitos, segredos e ritos na família I. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1(2), 110-117.

- Bucher, J. N. F. (1986). Mitos, segredos e ritos na família II. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2(1), 14-22.
- Boszormenyi-Nagy, I. & Spark, G. (1983). *Lealtades invisibles*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Bowen, M. (1976). Theory in the practice of psychotherapy. In P. J. Guerin (Org.), *Family Therapy: theory and practice* (pp. 42-90). New York: Gardner Press.
- Bowen, M. (1991). *De la familia al individuo*. Buenos Aires: Paidós.
- Brandão, S. N. & Costa, L. F. (2005). Transformando heranças. In L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano. Do risco à proteção* (pp. 181-197). Brasília: Liber Livros/Universa.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In B. Carter & M. McGoldrick, M. (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (2a ed.) (pp. 07-29). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Castilho, T. (1994). A droga. In T. Castilho (Org.), *Temas em terapia familiar* (pp. 116-143). São Paulo: Plexus.
- Ceberio, M. (2004). *Quién soy y de dónde vengo: el taller de genograma*. Buenos Aires: Tres Haches.
- Cervený, C. M. de O. & Dietrich, J. R. B. (2008). O genograma construtivista. In M. A. Penso & L. F. Costa (Orgs.), *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção* (pp. 42-56). São Paulo: Summus.
- Cirillo, S., Berrini, R., Cambiasco, G. & Mazza, R. (1997). *La famille du toxicomane*. Paris: ESF Éditeur.
- Cirillo, S. & Di Blasio, P. (1991). *Niños maltratados. Diagnóstico y terapia familiar*. Buenos Aires: Paidós.
- Costa, L. F., Gramkow, G., Santana, P. & Souza, V. F. (2005). A transgeracionalidade em famílias com abuso sexual. In L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano. Do risco à proteção* (pp. 75-86). Brasília: Liber Livros/Universa.
- Costa, L. F., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. (2005). O grupo multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16(4), 121-146.
- Costa, L. F., Penso, M. A. & Almeida, T. M. C. de (2007). Famílias com abuso sexual infantil: o dilema entre a mudança e a cristalização de influências transgeracionais. In C. M. O. Cervený (Org.), *Família em movimento* (pp. 203-226). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C. de & Ribeiro, M. A. (2008). "A justiça é demorosa, burra e cega". Percepções de famílias sobre a dimensão jurídica dos crimes de abuso sexual. *Boletim de Psicologia*, LVIII(128), 85-102.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C. de & Ribeiro, M. A. (2009). Grupo Multifamiliar: Espaço para a Escuta das Famílias em Situação de Abuso Sexual. *Psicologia em Estudo – Maringá*, 14(1), 21-30.

- Ferreira, A. J. (1963). Family myth and homeostasis. *Archives of General Psychiatry*, 9, 457-463.
- Framo, J. L. (2002). Uma abordagem transgeracional à terapia de casal, à terapia familiar e à terapia individual. In M. Andolfi, *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional*. (L. Kahl & G. Menegoz, Trad.) (pp. 73-78). Porto Alegre: Artmed (Original publicado em 1999).
- Imber-Black, E. (1995). Transições idiossincráticas de ciclo de vida e rituais terapêuticos. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar*. (M. A. V. Veronese, Trad.) (pp. 131-143). Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1989).
- Krom, M. (2000). *Família e mitos – prevenção e terapia: resgatando histórias*. São Paulo: Summus.
- Marcelli, D. & Branconnier, A. (1989). *Manual de psicopatologia do adolescente* (A. E. Filman, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1984).
- Miermont, J. & Cols. (1994). *Dicionário de Terapias Familiares: teoria e prática*. (C. A. M-Loza, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1987).
- Nichols, M. P. & Schwartz R.C. (1998). *Técnicas de terapia familiar: conceitos e métodos*. (M. F. Lopes, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1995).
- Neuburger, R. (1999). *O mito familiar*. (S. Rangel, Trad.). São Paulo: Summus (Original publicado em 1995).
- Oliver, B. E. (2007). Three steps to reducing child molestation by adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 31, 683-689.
- Penso, M. A., Costa, L. F. & Almeida, T. M. C de (2005). Pequenas histórias, grandes violências. In L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano. Do risco à proteção* (pp. 125-137). Brasília: Liber Livros/Universa.
- Penso, M. A., Ramos, M. E. C. & Gusmão, M. A. (2005). O pai de botas: violência intrafamiliar sofrida por adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas. In L. F. Costa & T. M. C. de Almeida (Orgs.), *Violência no cotidiano. Do risco à proteção* (pp. 167-184). Brasília: Liber Livros/Universa.
- Penso, M. A. & Costa, L. F. (Orgs.) (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção*. São Paulo: Summus.
- Penso, M. A., Costa, L. F. & Ribeiro, M. A. (2008). Aspectos teóricos da transmissão transgeracional e do genograma. In Penso, M. A. & Costa, L. F. (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção* (pp. 9-23). São Paulo: Summus.
- Penso, M. A. & Neves, V. L. (2008). Abuso sexual infantil e transgeracionalidade. In Penso, M. A. & Costa, L. F. (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção* (pp. 123-142). São Paulo: Summus.

- Penso, M. A., Costa, L. F. & Sudbrack, M. F. O. (2008). A transmissão geracional no estudo da relação adolescente, drogas e ato infracional. In Penso, M. A. & Costa, L. F. (2008). *A transmissão geracional em diferentes contextos. Da pesquisa à intervenção* (pp. 143-164). São Paulo: Summus.
- Penso, M. A. & Morais, I. (2010). O Ciclo da violência em famílias com idosos. In V. Faleiros, A. M. L. Loureiro & M. A. Penso (Orgs.), *O conluio do silêncio: a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa*. São Paulo, Editora Roca.
- Penso, M. A. & Silva, L. F. (no prelo). A dinâmica familiar e a colocação do idoso em instituição de longa permanência.
- Perrone, R. & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia: un abordaje sistémico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós.
- Preto, N. G. (1995). Transformações do sistema familiar na adolescência. In B. Carter & M. McGoldrick (Orgs), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (M. A. V. Veronese, Trad.) (2a ed.) (pp. 223-247). Porto Alegre: Artes Médicas (Original publicado em 1989).
- Ravazzola, M. C. (1997). *Historias infames: los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Rosa, A. J. (1997). Mitos familiares e saúde mental pública: estudo de caso de uma paciente psicótica e da relação de sua família com a instituição de assistência. *Perfil, 10 (Suplemento)*, 79-90.
- Selvini-Palazzoli, M. (1978). *Paradoxe et contre-paradoxe*. Paris: Les editions E. S. F.
- Stierlin, H., Rücker-Embsen, I.; Wetzell, N. & Wirsching, M. (1981). *Terapia di la familia: la primera entrevista*. Barcelona: Gedisa.
- Simon, F. B., Stierlin, H. & Wynne, L. C. (1988). *Vocabulário de terapia familiar*. Buenos Aires: Gedisa.
- Stanton, M. D., Todd T. C. & cols., (1988). Um modelo conceitual. In M. D. Stanton & T. C. Todd (Orgs), *Terapia familiar del abuso y adiccion a las drogas*. (pp. 25-42). Buenos Aires: Gedisa.
- Silvestre 1991 Silvestre, M. (1996). Thérapie familiale et toxicomanie. *Thérapie Familiale, 12(4)*, 327- 335.
- Sudbrack, M. F. O. (2003). Terapia familiar e dependência de drogas: construções teórico-metodológicas no paradigma da complexidade. In I. I. Costa, A. F. Holanda, F. C. Martins & M. I. Tafuri. (Orgs.), *Ética, linguagem e sofrimento*. (Anais/trabalhos completos da VI Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia) (pp. 273-293). Brasília: Positiva.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H. & Jackson, D. D. (1981). *Pragmática da comunicação humana* (A. Cabral, Trad.) São Paulo: Cultrix (Original publicado em 1967).

Endereço para correspondência

penso@ucb.br

lianaf@terra.com.br